

## Política

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

# Redução do limite de RPVs é aprovada

Com votação empatada, presidente do Parlamento precisou se manifestar e decidiu a favor da proposta do governo

Fernanda Nascimento

fernanda.nascimento@jornalcomercio.com.br

Os deputados estaduais aprovaram a redução do limite de pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) ontem. Apesar da ampla maioria no Parlamento, o projeto de lei do governador José Ivo Sartori (PMDB) foi aprovado com dificuldade. A pressão de servidores públicos e entidades ligadas ao Judiciário conseguiram a dissidência de aliados, e a votação ficou empatada em 24 a 24, o que gerou uma situação rara: o presidente do Legislativo, Edson Brum (PMDB), precisou definir a disputa. Descontentes com o resultado, os manifestantes chamaram os deputados de “caloteiros” e classificaram a votação como uma “vergonha”.

O texto aprovado prevê a redução no limite de pagamento de 40 para 10 salários-mínimos e não será aplicada para as ações com trânsito em julgado. A consequência direta do projeto será uma diminuição nos valores pagos pelo Estado aos seus credores e uma



Das galerias, público que acompanhou sessão plenária vaiou resultado e chamou deputados de ‘caloteiros’

ampliação na fila de pagamento dos precatórios. Outra repercussão está no valor pago a pessoas que integram a fila preferencial de pagamento dos precatórios, cujo montante previsto pela legislação é de até três vezes o teto das RPVs. Após decidir uma votação

que se arrastava por seis semanas, Brum disse ter feito o que acreditava “ser o melhor para o Rio Grande do Sul”. “Votar, em caso de empate, faz parte do processo legislativo. O que nós votamos não mexe com nada das RPVs sentenciadas e é um projeto

igual ao apresentado no governo passado”, disse, lembrando matéria semelhante apresentada na gestão do ex-governador Tarso Genro (PT) - retirada de pauta por falta de acordo.

A oposição ficou descontente com o resultado. Apesar de con-

seguir o apoio dos deputados independentes do PTB e dos integrantes do governo Regina Becker (PDT), Enio Bacci (PDT), Frederico Antunes (PP), Liziane Bayer (PSB) e Adilson Troca (PSDB), a pressão não foi suficiente. Luiz Fernando Mainardi (PT) ironizou a vitória do governo. “O governo tem obtido vitórias e não comemora, é um caso estranho. Mas quem não paga o que deve é caloteiro, e é por isso que eles não têm comemorado”, afirmou.

Para o deputado Pedro Ruas (P-Sol), um dos principais problemas do texto é a revogação do artigo que estabelece um patamar mínimo para o pagamento de RPVs, fixado em 1,5% da Receita Líquida Corrente. Conforme Ruas, a mudança “significa que o governo vai pagar quantas RPVs quiser”. A seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) deve ingressar, em dezembro, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o projeto. Sindicatos de servidores públicos estaduais também devem realizar ação semelhante.

## Cassação de Basegio será apreciada dia 24

Os líderes partidários da Assembleia Legislativa decidiram que a votação da cassação do deputado Diógenes Basegio (PDT), por quebra de decoro parlamentar, acontecerá na sessão do dia 24. O pedido de cassação foi encaminhado pela Comissão de Ética, que investigou Basegio pelas acusações de contratação de funcionários-fantasma com cargo em comissão.

O pedetista também responde a outro processo, por adulterar a quilometragem de veículo a serviço do gabinete, gerando o superfaturamento das despesas de verba indenizatória, e extorsão de funcionários. Além da investigação no Legislativo, Basegio responde a uma ação movida pelo Ministério Público, que o acusa de diversas irregularidades, que teriam resultado em um desvio de mais de R\$ 2,5 milhões dos cofres públicos. Nos bastidores, cogita-se a hipótese de o pedetista renunciar para evitar uma possível cassação.

SENADO

## Votação de projeto que limita a dívida do governo é adiada

A Comissão de Assuntos Econômicos adiou a votação do projeto de resolução do Senado que estabelece um limite para a dívida consolidada da União, como já é exigido para estados e municípios. A proposta determina um teto tanto para a dívida líquida quanto para a dívida bruta e descreve um período de transição de 15 anos para o alcance da meta.

O governo tem colocado dificuldades para apreciação da matéria, que já foi aprovada pela Comissão da Agenda Brasil e, se aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), segue para o plenário do Senado, sem necessidade de passar pela Câmara dos Deputados. Com dificuldades de cumprir metas fiscais,

não seria do interesse do governo aprovar agora um teto para a dívida da União.

O projeto consta na pauta há mais de um mês. Na última reunião deliberativa, o relator José Serra (PSDB-SP) chegou a ler seu parecer, mas não houve abertura para discussão. Em seguida, o presidente da comissão e líder do governo, Delcídio Amaral (PT-MS), marcou duas audiências públicas seguidas, atrasando a votação em mais duas semanas.

Ontem, foi de comum acordo que a votação fosse novamente adiada. Desta vez, o relator Serra não se opôs. O tucano percebeu as ínfimas possibilidades de aprovação do texto e concordou que o projeto seja apreciado daqui a 15 dias. A

proposta de Serra limita a dívida líquida da União a 2,2 vezes a da receita líquida corrente. O relator do projeto também determinou limite para a dívida bruta, estabelecendo que ela não exceda em 4,4 vezes a receita líquida corrente.

De acordo com Serra, a alteração no texto original evita a “contabilidade criativa”, operações que não aparecem nas estatísticas de dívida líquida, realizadas entre instituições financeiras controladas pela União e o Tesouro para financiar despesas. Na dívida bruta, aparecem, por exemplo, operações com bancos públicos federais, principal origem das chamadas pedaladas fiscais nas contas do governo em 2014.

**laboratório**  
**endocrimeta**  
ANÁLISES CLÍNICAS

Sempre Fazendo o Melhor para Você.

Laboratório 100% gaúcho



Em algumas situações, o reconhecimento exige muito mais que certeza.

Exames de Paternidade com certeza absoluta de 99,99%.

Central de Atendimento ao Cliente: 51 3224-1788 | [www.endocrimeta.com.br](http://www.endocrimeta.com.br)